

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.020 - MG (2019/0316855-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : TRANSVALENTE LOGISTICA LIMIDADA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL E OUTRO(S) - MG107157
BRAULIO FERREIRA DUTRA - MG152124
JOAO ANDRE DA SILVA NETO - MG180233
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE VESPASIANO - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG
INTERES. : AROLDO SANTOS RODRIGUES
ADVOGADOS : JEFERSON AUGUSTO CORDEIRO SILVA - MG048988
BRUNA FROES PORTES E OUTRO(S) - MG138911
ELIZANDRA GONCALVES CARDOSO SILVA - MG139890

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. ATOS EXECUTÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da recuperação judicial.

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG, onde se processa a recuperação judicial, e o Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG, nos autos da reclamação trabalhista n. 0011215-32.2016.5.03.0089, que determinou o prosseguimento de execução trabalhista em desfavor da recuperanda (fls. 30-31).

Afirma a suscitante ter ajuizado pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015. Por sua vez, o plano de recuperação apresentado foi homologado aos 16/5/2017 (fls. 33-44).

Informa, contudo, que o Juízo laboral, no âmbito da execução trabalhista supraindicada, determinou o prosseguimento da execução trabalhista, sob os seguintes

fundamentos (fls. 30-31):

Ante a discordância do reclamante, indefiro o requerimento da 1ª reclamada para que seja expedida certidão para habilitação no processo de recuperação judicial e a consequente suspensão da presente execução, considerando que já decorridos os 180 dias previstos na lei 11.101/05, art. 6º, § 4º, uma vez que a recuperação judicial foi deferida em 13/02/2015, com a aprovação do plano em 16/05/2017.

Intime-se a 1ª reclamada (TRANSVALENTE LOGISTICA LIMITADA), por seu procurador, dando-lhe ciência do indeferimento supra, bem como para pagar o valor devido, no prazo de 48 horas, sob pena de penhora.

Noticia ainda que o juízo laboral pode realizar o redirecionamento da execução em face da segunda executada, a saber, AMBEV/SA circunstância que acabará atingindo diretamente o patrimônio da Recuperanda, tendo em vista a estipulação contratual que possibilita a retenção de valores decorrentes de ações trabalhistas.

No ponto, esclarece a suscitante que o contrato de prestação de serviços entre a suscitante e a Ambev "prevê nas cláusulas 5.6 (F, G, H e I) e 8 a determinação do bloqueio dos recebíveis em face de uma provável perda da Ambev S.A em processos trabalhistas já na fase de execução. Destarte, uma vez demonstrado que a devedora subsidiária está autorizada a reter os recebíveis da Suscitante se tiver algum patrimônio constrito, é válido requerer que o C. Tribunal Superior decida para que nenhum ato executório se volta contra a devedora subsidiária, uma vez que, se assim ocorrer, a Suscitante terá prejuízos que colocarão em risco todo esforço em se recuperar".

Neste sentido, requereu a concessão da liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pela Justiça do Trabalho; que lhe seja vedada a promoção de atos de constrição de bens e valores que afetem de modo direto ou indireto o patrimônio da recuperanda até o julgamento deste conflito; e a designação do juízo da recuperação para deliberar sobre atos urgentes, a qual foi concedida às fls. 76-79.

Informações dos juízos suscitados às fls. 83-88 e 89-91.

Parecer do Ministério Público, às fls. 94-100, opinando pela competência do Juízo da recuperação, *in verbis*:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Deferimento do pro- cessamento de recuperação judicial. Determinação de atos constitutivos pelo Juízo Trabalhista em face do pa - trimônio da empresa recuperanda. Ato de constrição patrimonial deve ser submetido ao crivo do Juízo Uni - versal. Lei nº 11.101/2005. Parecer pela competência do Juízo Universal da recuperação judicial.

É o relatório. Decido.

2. No caso, o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015 , tendo sido aprovado o plano de recuperação judicial em 16/5/2017 (fls. 33-44).

Contudo, a partir do que se apresenta nos autos, o segundo Juízo suscitado

determinou o prosseguimento da execução trabalhista em desfavor da empresa recuperanda (fls. 30-31), com a possibilidade de constrição imediata de valores de sua propriedade em razão, sobretudo em razão da ordem de penhora de valores no caso do não pagamento voluntário no prazo de 48h (quarenta e oito) horas.

Além disso, cabe ressaltar que, na espécie, a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, devido à cláusula do contrato de prestação de serviços celebrado entre a empresa recuperanda e a devedora subsidiária, que prevê a retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a devedora subsidiária, de modo que compete ao Juízo recuperacional a apreciação de quaisquer medidas constritivas a serem tomadas contra a empresa.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, ou da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Nessa linha de raciocínio, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao Juízo universal, onde se processa a recuperação, para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no Juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA.
PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA
DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 144.592/SP, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 3.11.2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA ARREMATANTE DA UNIDADE PRODUTIVA DA VARIG S/A EM FACE DE JUÍZOS DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

3. Competência do Juízo da Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

4. Agravo regimental desprovido. (RCD no CC 137.886/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 24.8.2015, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES. CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETTER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n.

11.101/05, a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 19.5.2015, grifou-se)

Ressalte-se, por oportuno, considerando os diversos conflitos de competência distribuídos a esta relatoria envolvendo a suscitante e as empresas AMBEV/SA e CRBS/SA - a exemplo do CC 162.313, em que o Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE consignou a incorporação da AMBEV pela CRBS - que a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, em tal contexto, devido à cláusula do contrato de prestação de serviços celebrado entre as reclamadas, empresa recuperanda e devedora subsidiária, que prevê, na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a segunda reclamada, a retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante.

3. Ante o exposto, conheço do conflito, a fim de declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG, para apreciar todos os atos constritivos referentes ao patrimônio da recuperanda, devendo ser anulados os atos de constrição determinados pelo Juízo laboral.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator